



Arquivo

"Grandes também devem ficar sujeitos a uma disciplina"

ESTADO DE SÃO PAULO

Credores cobram, mas não compram, diz Penna

31 MAI 1984

Do serviço local e da sucursal

"A dívida externa brasileira só pode ser paga com as exportações de mercadorias e serviços", afirmou ontem em São Paulo o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna. "Os países credores estão preocupados em nos cobrar e não estão interessados em comprar."

Para evitar um desgaste no relacionamento, segundo ele, é fundamental que na próxima reunião em Londres os "sete grandes" também sejam sujeitos a uma disciplina, com maior austeridade e restrições no orçamento monetário. Para o ministro, essas regras deveriam ser ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ou por qualquer outra organização internacional semelhante, com o objetivo de não criar condições insolúveis para os países devedores.

A exportação de manufaturados está apresentando bom desempenho, no entanto, os recursos obtidos não são suficientes para o pagamento sequer do serviço da dívida externa brasileira. "A terapia é recessiva e pode funcionar por algum tempo, talvez um ou dois anos. O processo inflacionário está sendo transferido do setor interno para o externo", lembrou o ministro da Indústria e do Comércio.

O Brasil precisa exportar em maior quantidade confecções, sapatos, aviões, que possuem maior valor agregado, frisou Camilo Penna. Quanto ao contingenciamento imposto ao aço brasileiro em relação ao mercado norte-americano, disse que estamos procurando ganhar tempo na busca de um equilíbrio precário até que ocorram as eleições nos EUA.

JUROS

A capitalização de parte ou até mesmo da totalidade dos juros, como tem sido sugerido em algumas propostas de renegociação da dívida

externa, não resolverá os problemas das contas brasileiras, segundo o vice-presidente do Banespa, Gilberto Dupas. De acordo com seus cálculos e projeções, essa medida representaria apenas o adiamento dos problemas que retornarão de maneira mais grave no futuro.

A única saída, para ele, é a negociação — se for necessário a imposição — de um prazo de carência de cinco anos e definição de uma taxa fixa de juros ao redor de 6% ao ano, deixando aos banqueiros a responsabilidade de administrar "seu prejuízo ou sua queda de rentabilidade". Com essas medidas, admitindo-se que as exportações brasileiras cresçam a uma taxa de 11% ao ano e que as importações se expandam em 3%, a dívida externa já estaria reduzida para US\$ 80 bilhões em 1989. A simples capitalização dos juros, admitindo-se que as taxas se mantenham na faixa de 12,6% e que exportações e importações evoluam de acordo com a hipótese anterior, elevará a dívida externa para uma faixa de US\$ 120 bilhões, agravando o peso de seus serviços.

NOTA CONJUNTA

"Os Estados Unidos, que têm responsabilidades mundiais, não podem elevar as taxas de juros sem considerar os seus efeitos sobre a economia internacional", disse ontem, na Escola Superior de Guerra, no Rio, o presidente da Associação Brasileira dos Bancos Comerciais, Célio Borja. Ele apoiou a nota dos governos do Brasil, Argentina, México e Colômbia contra o atual sistema financeiro internacional.

O ex-presidente da Câmara enfatizou, entretanto, que uma posição unilateral não produzirá efeitos positivos, mesmo se tomada em bloco. "Sempre que se adotou esta posição, a consequência foi o aumento da miséria".